

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.911 - RJ (2019/0282879-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : EDUARDO MANEIRA - RJ112792
LUCAS MAYALL MORAIS DE ARAUJO - RJ185746
THIAGO GONZALEZ QUEIROZ - RJ204891
MANOELA ARRUDA MOREIRA - RJ208073
THIAGO MARTINS DOS SANTOS FRAGA NETO -
RJ217682
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS
PROCURADOR : CARLOS ALBERTO NOEL JÚNIOR E OUTRO(S) -
RJ124711

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFERECIMENTO DE SEGURO-GARANTIA. POSSIBILIDADE DE RECUSA PELA FAZENDA DIANTE DA DESOBEDIÊNCIA DA ORDEM LEGAL ESTABELECIDADA NO ART. 11 DA LEF. PREFERÊNCIA DO DINHEIRO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pela TELEFÔNICA BRASIL S.A., com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/RJ, assim ementado:

Execução Fiscal.

Bloqueio on line face a discordância do exequente quanto ao seguro fiança oferecido pela executada a feitura de garantia.

Agravo de instrumento.

Embargos à execução.

Oferecimento de seguro garantia.

Obediência da ordem legal do artigo 9º da LEF.

A execução se destina à satisfação do credor, de forma que o devedor só pode exigir que se faça pelo modo menos gravoso desde que demonstre, cabalmente que apresentou outros meios, tão eficientes quanto o dinheiro, para a quitação do seu débito.

Menor liquidez do seguro garantia, em comparação ao dinheiro.

Princípio de preservação da empresa que não pode servir de esteio à escancarada inadimplência fiscal que impõe pesado ônus à toda sociedade.

Recurso não provido (fls. 33).

2. Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fls. 48/53).

3. Nas razões do Apelo Nobre, a recorrente, ora agravante, aponta violação dos arts. 1.022 do Código Fux, porquanto o acórdão recorrido não teria se pronunciado sobre todos pontos arguidos, além de aduzir ofensa aos arts. 835, § 3o. e 1.015 do Código Fux, bem como aos arts. 9o. e 11 da Lei 6.830/1980, insurgindo-se contra o bloqueio *on line* de dinheiro e a recusa do seguro fiança como garantia.

4. É o relatório.

5. De início, cumpre destacar que a alegada violação ao art. 1.022 do Código Fux não ocorreu, tendo em vista que a lide foi resolvida nos limites propostos e com a devida fundamentação. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

6. Além disso, a jurisprudência desta Corte já se pronunciou no mesmo sentido do acórdão recorrido, de que a Fazenda Pública poderá recusar a oferta de bens, tendo em vista a desobediência da ordem legal estabelecida no art. 11 da LEF. Assim, oferecido o seguro-garantia pelo contribuinte, reputa-se válida a recusa da Fazenda com fundamento na preferência da constrição sobre o dinheiro.

7. Nesse aspecto, inclusive, extrai-se no acervo jurisprudência da Casa o entendimento de que, *uma vez realizada a penhora em dinheiro, não cabe a sua substituição por seguro garantia ou fiança bancária tendo em vista, especialmente, o princípio da satisfação do credor* (AgInt no AREsp. 932.499/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 26.4.2018). Em reforço à tese do acórdão julgado impugnado, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO AGRAVANTE.

1. *É possível a decisão monocrática denegatória de seguimento proferida pelo relator nos casos de recurso manifestamente improcedente ou contrário à jurisprudência dominante do Tribunal, do STF ou de Tribunal Superior. Ademais, a interposição de agravo regimental para o colegiado permite a apreciação de todas as questões suscitadas no reclamo, suprimindo eventual violação do artigo 557, caput, do CPC/73.*

2. *Não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a adoção de posicionamento contrário ao interesse da parte, nem está o magistrado obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.*

3. *A substituição da penhora em dinheiro por seguro garantia somente deve ser admitida em hipóteses excepcionais, quando necessária para evitar onerosidade excessiva ao devedor, e desde que não ocasione prejuízo ao exequente. Inviável, no entanto, rever o acórdão recorrido quanto a essas circunstâncias, quando demande reexame de prova, a atrair o óbice da Súmula 7/STJ.*

4. *A falta de debate prévio sobre a tese suscitada em sede de recurso especial implica a incidência da Súmula 282/STF.*

5. *Agravo interno desprovido (AgInt no REsp. 1.588.575/PR, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 2.5.2018).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENHORA. SUBSTITUIÇÃO. SEGURO GARANTIA. EXCEPCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. SÚMULA 7/STJ. VALOR DAS ASTREINTES. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. *A jurisprudência desta Corte tem se orientado no sentido de admitir a substituição da penhora de dinheiro por seguro garantia apenas em hipóteses excepcionais, em que seja necessário evitar dano grave ao devedor, sem causar prejuízo ao exequente, hipótese não demonstrada no caso dos autos.*

2. *Inadmissível, em agravo interno, formular*

pedido que não consta do recurso especial.

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp. 1.350.922/PB, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 13.12.2017).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO SUBMETIDO AO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA. 1. A questão envolvendo o pedido de substituição da penhora foi decidida de modo integral e suficiente, não se configurando vício que dê ensejo ao acolhimento da alegada violação ao art. 535 do CPC/1973 para fins anulação do acórdão dos embargos de declaração.

2. *O Tribunal de origem assentou a não configuração de situação excepcional que autorize a substituição da penhora em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia. Nessas circunstâncias, o acolhimento das alegações em sentido contrário da recorrente esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.*

3. *Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 1.022.114/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21.8.2017).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA ELETRÔNICA. SUBSTITUIÇÃO POR SEGURO GARANTIA. MENOR ONEROSIDADE. APLICAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. *O Plenário do STJ decidiu que aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).*

2. *Somente em casos excepcionais, quando cabalmente justificada e comprovada a necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade (CPC/1973, art 620), admite-se a substituição da penhora de dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial. Precedentes.*

3. *Hipótese em que a falta de demonstração do efetivo prejuízo que a penhora eletrônica poderia ocasionar às atividades da*

agravante, aliada à sua notória capacidade econômica, não justifica a substituição pretendida, devendo manter-se a decisão agravada, que salientou também a inviabilidade de incursão no contexto fático-probatório dos autos para dissentir do acórdão recorrido.

4. *Agravo regimental desprovido* (AgRg no AREsp. 726.208/RR, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 10.6.2016).

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PENHORA DE DINHEIRO. SUBSTITUIÇÃO POR SEGURO GARANTIA. INDEFERIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. *Realizada a penhora em dinheiro, não cabe, em regra, a sua substituição por seguro garantia ou fiança bancária, por força do princípio da satisfação do credor. Precedentes.*

2. *A revisão das circunstâncias fáticas que levaram as instâncias de cognição plena a não admitir a substituição da garantia é medida que encontra intransponível óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

3. *Agravo regimental não provido* (AgRg no AREsp. 730.565/SC, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 26.4.2016).

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA ELETRÔNICA. POSSIBILIDADE DE RECUSA DO BEM OFERTADO EM PENHORA, DIANTE DA ORDEM DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDO NO ART. 11 DA LEF. PRECEDENTE: RESP. 1.090.898/SP, REL. MIN. CASTRO MEIRA, DJU 12/08/2009. JULGADO SOBRE O RITO DO RECURSO REPETITIVO. RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. *Esta Corte firmou o entendimento de que o bloqueio de dinheiro ou aplicações financeiras por meio do sistema Bacen-Jud, prevalece sobre qualquer outro bem, conforme a ordem de preferência estabelecida no art. 11 da LEF e art. 655 do CPC. REsp.1.090.898/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJU 12/08/2009.*

2. *Agravo Regimental desprovido* (AgRg no REsp. 1.247.459/ES, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 14.9.2012).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. INEFICÁCIA DA INDICAÇÃO À PENHORA DE BENS DE TERCEIRO NÃO ACEITOS PELA FAZENDA PÚBLICA. ADMISSIBILIDADE DA PENHORA DE ATIVOS FINANCEIROS DO EXECUTADO ATRAVÉS DO SISTEMA BACENJUD.

1. De acordo com o art. 9º, IV, da Lei 6.830/1980, em garantia da execução fiscal, o executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros, desde que aceitos pela Fazenda Pública. Nos termos, ainda, do art. 11 da Lei de Execuções Fiscais, **o dinheiro ocupa o primeiro lugar na ordem preferencial de bens penhoráveis.**

2. No caso concreto, é fato incontroverso nos autos que o executado indicou à penhora bens móveis pertencentes a uma sociedade empresária da qual ele é sócio, sociedade esta que nem sequer figura como parte no processo de execução. É igualmente incontroverso nos autos que a Procuradoria da Fazenda Nacional, ao discordar da indicação de bens à penhora feita pelo executado, o fez sob o argumento de que tal indicação não observou a ordem preconizada pelo art. 11 da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980), bem como se trata de bens localizados em cidade distante da sede do juízo da execução fiscal. **Além de recusar os bens de terceiro indicados à penhora, a Procuradoria da Fazenda Nacional ainda requereu a penhora de ativos financeiros do executado através do Sistema BacenJud. Em assim procedendo, a Procuradoria da Fazenda Nacional utilizou-se da faculdade que lhe foi conferida pela Lei 6.830/1980 e pelo Código de Processo Civil.**

3. Recurso especial provido para declarar ineficaz a indicação à penhora dos bens de terceiro e para deferir o pedido de penhora de ativos financeiros do executado (REsp. 1.413.166/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 10.12.2013).

8. Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento deste Superior Tribunal, não merece prosperar a irresignação, incide à espécie a Súmula 83/STJ.

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Empresa.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR